

## 2. Identidade pela contradição

José Arthur Giannotti

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GIANNOTTI, JÁ. *Certa herança marxista* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. ISBN: 978-85-7982-045-8. 2. Identidade pela contradição, p. 25-59. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## 2. IDENTIDADE PELA CONTRADIÇÃO

### 2.1. Crítica da positividade

Quanto mais se dedica à Economia Política, menos Marx se ocupa do Direito e da Filosofia, objeto de seus primeiros estudos. Numa espécie de divisão de tarefas, a Engels cabe refletir sobre os problemas filosóficos levantados pela nova crítica, mas como seus resultados não são brilhantes, e como o próprio Marx não cumpriu a promessa de escrever um opúsculo sobre a dialética materialista, somos obrigados a caminhar por nossos próprios meios. Convém desde logo assinalar o caráter *sui generis* da empreitada crítica. Assim como Hegel procura demarcar a distância que separa a monarquia constitucional, matriz da racionalidade do estado moderno, do reinado de Frederico Guilherme III, Marx pretende encontrar o núcleo racional, o comunismo, nas vicissitudes do capital. Não aceitando, porém, a tese de que todo real seja racional, deve procurar, no próprio travejamento da sociedade burguesa – sem se comprometer com o percurso circular do Ser ao Espírito –, aquele empuxo negativo que há de reorganizar, num plano mais racional, as forças produtivas desenvolvidas por ele. Se a totalidade do real não é racional, essa racionalidade não podendo ser desenhada pelo sistema completo das categorias, pois uma parte da realidade sempre escapa ao pensamento, o conceito de comunismo só pode ser delineado pelo lado negativo, indicando o movimento de transpor os empecilhos postos ao avanço das forças produtivas, particularmente a nova sociabilidade humana sendo gerada pelo capitalismo. O novo está entranhado no velho, mas não possui aquele rosto delineado que somente o logicismo hegeliano era capaz de traçar. Por isso a crítica, ao questionar a positividade do fato, ao procurar definir os princípios de sua individuação, necessita atravessar as teorias científicas que tentam explicá-lo, embora sempre generalizando o lado do real que capturam. Desse ponto de vista, o sistema é o fato sendo construído pela trituração dos dados e das ideias que a eles se aplicam inacabadamente. O título da obra maior é sugestivo: *O capital – Crítica da Economia Política*.

No conhecido posfácio de sua primeira contribuição a essa crítica, Marx estuda a determinação recíproca dos processos de produção, distribuição, troca e consumo, chegando à conclusão de que cada um deles constitui momento diferenciado de uma mesma totalidade, como diria um

idealista, de um mesmo silogismo (G, 20; trad., 121). Mas não deixa de salientar uma peculiaridade muito importante do momento produtivo propriamente dito: embora se dando em sociedade, o relacionamento do produtor com seu produto é meramente exterior, pois o produtor o consome deixando na sombra a origem dele. Pouco lhe importa o *modo* como foi produzido. Se satisfaz a carecimentos individuais, por que não determiná-lo como um bem? Essa exterioridade do produto induz a uma visão *estática* da distribuição, atribui-lhe uma autonomia que faz dela intercâmbio de coisas úteis individualmente apropriadas. A troca pode então ser pensada sem levar em conta o modo particular e historicamente datado pelo qual os objetos trocáveis são produzidos. Além do mais, o produto acabado serve ao produtor de mercadorias ou retorna ao sistema como meio de produção, no quadro de uma sociabilidade capaz de excluir todo e qualquer outro vínculo social, a não ser aquele posto por esse tipo de troca (G, 119; trad., 118). Por isso, o que resulta de uma história aparece como se valesse para todos os tempos. Não se deve confundir, todavia, o processo de trabalho singular com o processo social de produção, pois aquele se converte em momento deste unicamente depois que se determinam os diversos meios de produção, em vista da peculiaridade da distribuição, da troca e do consumo. Em suma, tanto a exterioridade do produto em relação ao processo de trabalho como a autonomia da distribuição e da troca colaboram para que se comece a pensar a economia a partir de um intercâmbio de bens, deixando para um segundo momento a pergunta por seu modo de produção. Mas dessa perspectiva não se perde o elo entre os bens e os produtos, como se os primeiros pudessem aparecer na instituição do mercado sem os traços dos modos, historicamente datados, como são obtidos? Convém não perder de vista a *gênese* categorial e histórica daquilo que se toma como simples fenômeno dado. Além das ciências, a crítica marxista pretende pôr em xeque a positividade dos fenômenos estudados por elas, ressaltando as peculiaridades e o caráter histórico de uma sociabilidade que se estrutura por meio de produtos dotados de forma muito especial: a riqueza da sociedade burguesa.

Já nessa altura surgem dois problemas interessantes. O primeiro respeita ao movimento reflexionante do processo produtivo como um todo. O processo de trabalho expulsa de si objetos, produtos, na qualidade de coisa exterior, disponíveis para todos se uma forma de propriedade não viesse limitar-lhe a distribuição e o consumo; somente assim alguns deles

voltam ao circuito como meios de produção. O produtor individual também precisa ter a cautela e as condições de não comer o grão a ser semeado na próxima colheita. Mas todo processo produtivo requer uma reserva social de produtos, necessária para lhe dar continuidade. Em que condições essa reserva se constitui como capital produtivo? Como se individualiza essa massa da riqueza social, o capital, que no século XIX está perfeitamente delineada como pressuposto do processo de produção como um todo? Fernand Braudel (*La dynamique du capitalisme*, Flammarion, 1985) distingue entre economia de mercado e capitalismo, a primeira dizendo respeito àquele sistema de produção que desemboca na troca de mercadorias, o segundo surgindo quando se rompem as relações entre os produtores e os destinatários dessas mercadorias, sendo que estes estão de posse de dinheiro líquido, o que lhes permite abarcar o sistema produtivo como um todo. No entanto, basta o dinheiro para caracterizar essa nova forma de sociabilidade? Isso já não aconteceria com o modo de produção simples de mercadoria? Por isso é preciso sublinhar aquele traço do capital que o faz agir como se fosse uma substância-sujeito capaz de se particularizar e crescer por si mesma, determinando assim de forma reflexionante a totalidade da produção social. Trata-se de uma reflexão determinante, objetiva e objetiva n te, que captura todos os elementos de um modo de produção, transformando-os em momentos abstratos de seu próprio movimento. Mas para que esse traço se torne inteligível, cabe ressaltar uma determinação que, se já aparece no dinheiro, só se completa com o advento do capital, a forma-valor (*Wertform*). O segundo problema demarca nessa reflexão um momento, a distribuição, que, em consequência do primeiro, adquire aquela autonomia fenomênica capaz de levar o analista tanto a começar por ela como a desprezar o lado social da produção. Não cabe deduzir, elucidar essa exterioridade, a partir dessa forma-valor? Ora, para que ambas as questões possam ser pensadas conjuntamente é preciso desde logo tomar o processo produtivo por inteiro na qualidade de um silogismo, do movimento do universal (o capital) particularizando-se nesses momentos diversificados da produção social. Em resumo, a crítica tem como seu objeto o capital, a circularidade do sistema produtivo na sua exterioridade.

No movimento da produção, da distribuição, da troca e do consumo, os economistas clássicos já viam, segundo Marx, um *silogismo correto*, no sentido hegeliano dessa expressão: a produção é a generalidade; a distribuição e a troca, a particularidade; o consumo, a individualidade sendo

expressa pela conclusão. Marx não nega o encadeamento, mas acusa sua parcialidade abstrata, ao perceber seu movimento apenas na superfície. Esses economistas se enganam ao isolar a produção da história como se ela se resolvesse num processo natural de trabalho, aquele que o homem necessariamente mantém com a natureza, quando na verdade *esse* trabalho somente se efetiva em determinadas condições de propriedade, vale dizer, segundo determinadas relações sociais de produção.

A análise da riqueza capitalista, mas não da riqueza das nações em geral, toma, pois, como ponto de partida objetos resultantes de um sistema produtivo historicamente datado e que assumem uma forma segundo participam de uma estrutura socioeconômica particular mediada por eles. Toda a dificuldade se concentra na explicação dessa forma, que não é conceito representativo, função de unidade varrendo o campo de indivíduos dados, mas se entranha no objeto mercadoria atribuindo-lhe estatuto muito especial.

*De prime abord* não parto de “conceitos”, nem do “conceito-valor”, e não tenho, por conseguinte de “subdividi-lo” de alguma maneira. Parto da forma social mais simples na qual o produto do trabalho aparece na sociedade atual, e este o faz como “mercadoria”. Eu a analiso primeiramente na *forma em que aparece*. Descubro então que ela é, de um lado, em sua forma natural, *uma coisa útil*, isto é, um *valor de uso*: de outro, que é *suporte de valor de troca*, desse ponto de vista, “valor de troca”. A análise posterior deste último mostra-me que o valor de troca é apenas “forma de aparecer” [*Erscheinungsform*], um modo de apresentação [*Darstellungsweise*] do valor contido na mercadoria, de sorte que passo para a análise deste último [*Zu Wagner*, 19, 368-9].

Marx nega-se a lidar com os conceitos no sentido tradicional, evita, por exemplo, o conceito representativo de rosa, para em seguida subdividi-lo em pétalas e pistilo, a fim de encontrar suas marcas características. Constata, ao invés disso, um processo objetivo de expressão pelo qual um valor se exprime por outro, sendo que nessa passagem a forma-valor (*Wertform*) se apresenta como contradição.

## 2.2. Contradição existente

Para elucidar esse enigma imaginemos a seguinte cena. Encontro-me numa loja de departamentos onde uma quantidade indefinida de mercadorias

está disposta nos balcões e nas prateleiras, cada uma carregando a etiqueta de seu preço. As pessoas tomam aquelas que lhes interessam, pagam no caixa em reais e as levam para casa com o intuito de consumi-las. Que tipo de sociabilidade estão desenvolvendo? Não se conhecem e não podem chegar ao consumo sem pagar pelos produtos. Examinei uma nota de cinquenta reais e observei que sua validade está garantida pelo Banco Central do Brasil. Lembro-me, porém, de ter visto uma nota muito antiga, onde estava escrito que tantas unidades da moeda nacional poderiam ser trocadas por certa quantidade de ouro estipulada pelo próprio Estado. Naqueles tempos, quando valia o padrão-ouro, a nota era, pois, *símbolo* de uma quantidade do metal precioso. Depois de pesquisar o valor do grama de ouro naquela época, formulei então a equação: “1 casaco = 2g de ouro”. Também o ouro é *símbolo* da mercadoria casaco?

Estando interessado no comportamento social das pessoas, anônimo, mas mediado pelos objetos de que necessitam, devo reconhecer que o ouro também é mercadoria como outra qualquer, pois o obteria tanto trocando a nota antiga no banco como comprando-o no mercado de metais preciosos por uma nota em circulação. Se encontro, porém, dois gramas de ouro num aluvião de Minas Gerais, poderia pagar o casaco sem passar pela mediação das notas. No entanto, visto que outras pessoas estão à procura de ouro, sou obrigado a reconhecer que esses dois gramas são produto de nosso trabalho, assim como qualquer outra mercadoria que se encontra no mercado. Se antes a atividade ocasional me permitia participar da relação de troca, agora ela se integra no sistema produtivo, a produção de ouro configurando um de seus ramos, como qualquer outro. Todas as trocas continuam a ser efetivadas pela mediação desse produto especial, mas então igualmente como uma mercadoria qualquer. Não se deve assim considerar a troca de uma mercadoria por outra mera forma elementar desse processo? Mas, para que essa troca de mercadorias por mercadorias se faça diretamente, um padrão de medida deve gerir o próprio processo de troca. Aquela minha reflexão feita de fora se internaliza no próprio intercâmbio de coisas e pessoas.

Não estaria a constituição da moeda sempre na dependência de um poder político controlador? O curso contínuo da moeda de ouro faz com que ela se gaste, de sorte que o valor cunhado em sua face somente no início corresponde a seu peso. Além disso, até mesmo nos tempos do padrão-ouro houve épocas de inflação, e todos se lembram de que a Europa conheceu uma revolução nos preços depois que a América, recém-descoberta, a inundou de

metais preciosos. No entanto, variações desse tipo apenas confirmam que, a despeito do poder político cunhar o valor das mercadorias em preço, existe um mecanismo que foge dele e que trata de estabelecer um equilíbrio das trocas no próprio nível em que operam. Como desde o início cuidamos de estudar mercadorias e não bens quaisquer, cabe a pergunta pela especificidade dessa troca, mercadorias quaisquer sendo trocadas por outras quaisquer, cuja forma elementar, por conseguinte, é a troca de uma mercadoria por outra. Partimos, pois, da equação: “20m de linho = 1 casaco”.

Essa redução traz de imediato várias vantagens. Em primeiro lugar, trocar mercadorias por ouro, objeto repleto de determinações misteriosas, implica pensar o valor da mercadoria no seu relacionamento com outras quaisquer, em vez de tomar esse valor como propriedade de cada uma, revelada por sua equiparação como metal padrão. Em outros termos, o valor não é predicado da coisa, capturado por uma reflexão exterior a ela, da lavra do analista, mas determinação daquela reflexão com a qual os próprios agentes lidam no interior do processo de troca. Por isso, se a nota é símbolo do dinheiro, na medida em que ela substitui um objeto que já possui sua existência social determinada, o dinheiro não é símbolo (*Zur Kr.*, 13, 34; trad., 157) da coisa trocável, porquanto um não está apenas no lugar do outro. Quando o ouro penetra no circuito de outras mercadorias em geral, sua individualidade social passa a depender de um padrão de medida reflexionante, a determinar-se no próprio movimento da reflexão. Se uma moeda grega simbolizava o poder central de Atenas na sua função de controlar a produção e o mercado que se faziam sob suas asas, se uma libra de ouro pode, de fato, simbolizar o poder da rainha Vitória quando exprime o poder imperial, ambas deixam de ter essa característica quando se determinam no curso do mercado ateniense ou britânico, cujo movimento adquire uma autonomia muito além das ordenações e das instituições políticas. A essa determinação, adquirida pelo objeto ao participar de um processo reflexionante, Marx dá o nome de “forma”. Não se confunde com um predicado, afirmado ou negado acerca de coisas, de entes, mas configura uma *Formbestimmtheit*, determinidade de reflexão, assumida pelos objetos no interior de um processo, mobilizando produtos e agentes num movimento circular, nesse caso, no interior de relações de produção, especificamente burguesas, conformando forças produtivas.

A riqueza da sociedade capitalista se dá, portanto, como um enorme acúmulo de mercadorias, no qual a mercadoria constitui sua *forma elementar*

(K, I, 23, 49; trad., I, 45). Essa mercadoria, incrustada em equações do tipo “20 m de linho = 1 casaco”, determina-se como valor de uso e valor de troca. Nos termos da lógica hegeliana, trata-se de determinações de essência, cujos objetos são primariamente *pensados* pelos próprios operadores, um pelo outro, numa *dada proporção*. Por isso não convém estudar a equação, desde logo, como relação simétrica, pois o dono do linho pensa seu objeto de uso sendo comparado com o casaco como valor de troca, e assim por diante. Na verdade, cada um pensa seu objeto por seu outro, mas a simetria, evidente para quem estuda o processo de fora, deverá ser constituída pelas relações assimétricas estabelecidas por avaliações dos agentes. Daí a necessidade de distinguir, de um lado, *forma relativa*, aquela pela qual o valor do linho se reporta ao casaco e que se torna independente das quantidades dos termos em questão, de outro, *forma equivalente*, aquela do valor de troca do casaco, nessa posição de *exprimir* o valor de troca de seu outro, a qual por sua vez se torna independente das qualidades em jogo.

Destruir a comutatividade da equação de identidade é um dos passos fundamentais da dialética montada por Marx e um dos momentos cruciais que o aproximam de Hegel. Como já examinei esse assunto no primeiro capítulo de meu livro *Trabalho e reflexão*, basta apenas indicar suas linhas mais salientes. A passagem da relação de equivalência (um valor de uso é equivalente a outro valor de uso tomado como valor de troca) para a relação de igualdade (este é igual àquele porque possui o mesmo atributo) é comparada por Marx ao processo de pesar um objeto. Ao dizer que “*a* tem o mesmo peso que *b*” relaciono as duas coisas em vista do parâmetro peso, mas, para dizer que “*a* pesa um quilo”, necessito levar a coisa nomeada por *a* até uma balança, que, para simplificar, possui no outro prato um pedaço de ferro que, por convenção, representa a unidade de medida. A relação meramente representativa da equivalência entre *a* e *b*, quando alguém mente seu *a* como igual a *b*, dá lugar a uma relação assimétrica do ato efetivo de ponderar. Somente esse ato permite a passagem da quantidade representada num *quantum* verificado. Deve-se ainda notar que os inevitáveis erros mínimos no processo de medida são sistematicamente desprezados. No entanto, só essa passagem pela atividade prática assegura que a relação de equivalência entre as coisas consideradas pesadas possa ser transformada numa igualdade, que atribui a ambas as coisas a qualidade de possuir o atributo pesadume. É sintomático que a igualdade se defina pela variação dos predicados e não pela variação dos argumentos numa função

proposicional. Desse modo, esse atributo pesadume se dá, antes de sua determinação quantitativa, como um *quale*, mas unicamente depois de ter comprovado sua possibilidade efetiva de ser mensurável. Sem essa passagem pela prática da medida a identidade representada, pressuposta, não se comprova como efetiva posta. Além do mais, se essa distância entre o representar e o representado abre espaço para a linguagem, cabe também lembrar que permite toda sorte de fantasia e de fetiche, pelos quais o representado é pensado como representante. Não me cabe voltar a um tema que já foi objeto do primeiro capítulo de meu livro *Trabalho e reflexão*, mas, dando prosseguimento à análise, perguntar: quais são, porém as diferenças entre medir o peso e medir o trabalho e seu produto sociais?

Não é necessário examinar todo o desdobramento das duas determinações, forma relativa e forma equivalente, que operam alterando suas determinidades no quadro de uma proporção dada. Para nossos propósitos precisamos apenas ressaltar alguns de seus passos. Logo percebemos que se arma um jogo entre a qualidade, sublinhada pela forma relativa, e a quantidade, sublinhada pela forma equivalente. Além disso, vemos que o valor de troca do linho há de ser *expresso* por *qualquer* uma das mercadorias disponíveis no mercado, em diferentes proporções. Visto que essa *diversidade* de objetos, igualados aos valores de uso que servem de suporte para que os valores de troca se expressem, termina por estabelecer certa comensurabilidade entre eles, embora, por enquanto, apenas pensada. Algo de *idêntico*, de comum (*ein Gemeinsames*), transpassa todos eles, de sorte que os valores de troca válidos do linho “exprimem um igual” (*driiken ein Gleiches aus*) (K, I, 23, 51; trad., I,46), chamado *valor*.

Em que sentido se toma esse algo? Já sabemos que não é uma coisa qualquer, pois a coisa, valor de uso, encontra seu valor de troca em seus vários outros. O dono do linho pensa e avalia o valor de troca de sua peça pelo casaco determinado quantitativamente. Em vez de ressaltar o lado qualitativo dessa equiparação, os autores em geral se fixam apenas no seu aspecto proporcional: “Perde-se de vista que as grandezas de coisas diferentes tornam-se quantitativamente comparáveis só depois de reduzidas à mesma unidade. Somente como expressões da mesma unidade elas são homônimas, por conseguinte, grandezas comensuráveis” (K, I, 23,64; trad., I, 55). Observação de máxima importância, pois, ao salientar essa qualidade de ser uno das mercadorias equiparáveis, Marx está abrindo caminho para a

distinção entre valor (*Wert*) e forma-valor (*Wertform*), estabelecendo aquela diferença específica em que se ancora sua crítica à Economia Política.

Voltaremos mais tarde a esse tema, por ora importa apenas mostrar que essa qualidade de ser uno atribui às coisas úteis trocáveis um ser-aí (*Dasein*) formal, diferente de seu mero estatuto de coisa da natureza, permitindo-lhe, contudo, vir a ser expressão do trabalho morto inscrito nela. Mas para chegar a esse fundamento é preciso, antes de tudo, apontar na equação “linho = casaco” aquela mesmidade constituinte de sua base (*Grundlage*). Visto que as duas mercadorias não desempenham o mesmo papel, o valor do linho somente é expresso pelo casaco porque o linho se reporta ao casaco como seu “equivalente”, seu “permutável”. Desde que se pergunte por suas condições de existência social, vale dizer, desde que seja vista de uma perspectiva transcendental, a equação de troca elementar mostra que a diferença *exprime* o mesmo, assim como o carvão e o diamante são constituídos pelas mesmas substâncias químicas (*K*, I, 23, 64; trad., 55), pelo mesmo fundamento diferentemente articulado. Como se arma essa estrutura diferenciadora do mesmo? No interior do jogo da igualação, o dono do linho abstrai, no ser-aí de seu outro, o *aspecto formal* que o faz igual a ele. Cada visada de um no outro abstrai sua mera entidade para revelar, graças a esse outro, sua individualidade processual. Variações, por conseguinte, meramente de forma, pois a coisa, que está sendo mobilizada para o processo de troca, continua sendo coisa geralmente trabalhada. Mas não é essa forma que conduz à transformação efetiva?

No entanto, na medida em que os tantos possuidores de mercadoria estão procedendo da mesma maneira, a *particularidade da visão do aspecto do mesmo*, limitada a este ou àquele casaco, pouco importa, se generaliza conforme se multiplicam os valores de troca, dando origem a uma espécie de pensamento-visão que percorre, *ponderando*, o circuito das trocas. Se ocorre a totalização das ópticas particulares, que sentido passa a possuir esse todo? Não se trata de um sujeito que ora vê a figura como pato, ora como lebre, mas, inicialmente, o agente social mede seu objeto pelo aspecto de ser o mesmo do outro objeto, que se torna igual ao seu numa determinada proporção. Generalizado o processo, os proprietários alternam suas posições em vista da equação de troca vindo a ser simétrica, e tudo se passa como se cada vetor da forma relativa fosse integralizado pelo vetor, sem determinação do alvo específico, da forma equivalente. Ocorre, pois, uma totalização social das ópticas particulares. Tudo se passa como se

algumas peças coloridas, porque se refletem nos espelhos do caleidoscópio, formassem uma figura estruturada por suas simetrias, vale dizer, pelo que elas têm de coloridas. Com uma diferença essencial: a unidade é uma coisa trabalhada; mas com isso foi dado o primeiro passo para a constituição categorial do dinheiro.

É preciso sublinhar as peculiaridades do movimento de constituição desse igual contraditório. Examinemos outro símile. A famosa figura ambígua do pato/lebre é vista por mim ora como pato, ora como lebre. Mas suponhamos que quando a vejo como pato um terceiro a vê como lebre e vice-versa. Imaginemos ainda que, depois de estarmos condicionados a ver no traçado uma figura diferente daquela que o outro está vendo, troquemos desenhos da mesma figura ambígua impressos em papéis diferentes. No ato da troca, quando os dois papéis estão presentes, vemos a mesma figura, embora eu esteja vendo nela um pato e o outro uma lebre. O objeto “ideal” é o mesmo, embora nunca estejamos vendo nele o mesmo aspecto. Como os dois aspectos, porém, constituem determinações diferentes da mesma figura, como eles estão presentes nessa figura enquanto está sendo trocada por nós e para nós, por intermédio do suporte papel, cumpre dizer que se trata de uma figura contraditória. Mas nesse símile não há motivo para a troca dos papéis, ele só aparece com a divisão do trabalho, quando um produz coisas de que só o outro necessita.

Voltemos à equação de troca. O agente *abstrai*, na coisa que lhe serve de parâmetro a fim de determinar seus valores de troca, tudo o que lhe diz respeito como coisa; passa a determiná-la primeira e exclusivamente pela qualidade de permitir a comparação. Generalizada essa comparação que termina na igualdade, a abstração se dá como nervo de um processo social, que busca exteriorizar-se pela posição desse igual. Não é, porém, o eu de cada sujeito que põe o mesmo, como ocorre no Idealismo alemão. O Eu, na diferença, não vê apenas o seu Eu, como quer Fichte, para quem o Eu se torna um narciso mergulhado em sua própria imagem (*K*, I, 23,67, n. 18). É a associação das atividades perspectivadas que, ao colocar entre parênteses o ser-aí natural da coisa mensurante e atribuir-lhe novas determinações formais, nega sua qualidade de coisa para sublinhar nela seu lado qualitativo, determinante então daquilo comum a todas as mercadorias. Somente assim cada valor de troca se apresenta como parcela desse comum, o valor.

Os agentes praticam essas abstrações ao operar nos processos de troca, fazem-no sem o saber, mas precisam ser educados para isso. No final das contas, os macacos não trocam como os homens. Essas abstrações dependem, pois, de um treinamento que vem do movimento geral da própria história humana. Em suma, cada determinidade formal está na dependência de uma tecnologia histórica e social de abstração, que, se não se mostra nela de imediato, constitui seu meio de apresentação, vale dizer, é condição necessária para seu aparecimento e operacionalização. Além do mais, se o dono do linho mede o valor de troca pela coisa casaco, essa mesma coisa, enquanto polo da forma relativa, é o próprio linho *alienado* (*entfremdet*), *externalizado* (*entäussert*) no casaco, de sorte que sua individualidade está sendo medida pela algoidade do casaco. Por isso é que a generalização dos vários pontos de vista não gera uma visão exterior e dividida de todo o processo de circulação das mercadorias, mas uma espécie de corrosão objetiva do caráter de ente, do ser-aí (*Dasein*) de cada uma, para impor um movimento de igualação que absorve as semelhanças na igualdade.

Até que se desenhe essa visão totalizante do processo, visão que por sua vez está sendo absorvida pela projeção no outro da forma relativa, todo esse movimento da circulação está sendo dominado por negações, antíteses, antagonismos formais, dizendo respeito a seus momentos, segundo a qualidade e a quantidade, o particular e o geral, e assim por diante, e que conduzem o vir a *ser* (*werden*) de cada um deles. Para exemplificar, vejamos o que acontece com o valor de uso.

O pão, por exemplo, quando passa das mãos do padeiro para o consumidor, não se altera em seu ser-aí [*Dasein*] como pão. Mas, em contrapartida, é apenas o consumidor que se relaciona com o pão, ou seja, a *esse* alimento determinado, como valor de uso, ao passo que, nas mãos do padeiro, era uma relação econômica, uma coisa natural sobrenatural. A única mudança de forma que sofrem as mercadorias ao vir a ser valor de uso é a superação [*Aufhebung*] de seu ser-aí formal em que eram não valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não possuidores. Vir a ser valor de uso pressupõe a alienação multilateral das mercadorias, isto é, sua entrada no processo de troca [*Zur Kr.*, 13, 29; trad., 152-3, *modificada*].

Essa longa citação nos economiza uma análise pormenorizada de todo o jogo das formas que se tecem para constituir a categoria dinheiro. Ela evidencia como a forma se instala na inserção das coisas na relação

social de troca, graças à negação de algumas de suas determinações; estas, vindo a ser atuantes na igualação e na diferenciação de cada coisa posta na equação, terminam superando o caráter de ente natural dessas mesmas coisas, a fim de que se ponham como parcelas de algo sobrenatural, sem perder, todavia, seu fundo de coisa. Cada negação se faz de uma perspectiva, o que é não valor de uso para um é valor de uso para outrem, mas, do mesmo modo como, no processo, são negadas as diferenças do ser-aí de cada coisa, terminam sendo negadas as diferenças de cada agente, o agente perspectivado sendo substituído pelo agente qualquer, real ou possível. Isso porque se toma, como ponto de partida, o pressuposto de que o ator está inteiramente desvinculado de qualquer sociabilidade prévia. Considerando, ademais, que nessa negação das diferenças a determinação do mesmo é externalizada no outro, a perspectivação é transferida para o comum, o valor, desaparecendo como negação deste ou daquele ponto de vista, para vir a ser o caráter de *poder* vir a ser perspectivado por um agente qualquer. O valor é e não é valor de uso para os agentes em geral, embora cada um valorize, na coisa que possui, o aspecto da troca ou do uso. No nível dos agentes individuais as negações armam oposições, contrariedades; em contrapartida, no nível da sociabilidade dos agentes em geral, essas limitações são negadas, e o comum, perpassando todos os objetos trocáveis levados ao mercado e projetando-se numa coisa sobrenatural, *contradiz* a particularidade de cada valor de uso. Em resumo, as oposições que dominam todo o processo de troca se fixam na contradição valor de uso e valor. Para esse valor, o valor de uso é, simultaneamente, valor de uso e valor de troca, pois ambos são parcelas desse mesmo valor, afirmação de seu caráter de coisa e negação dele. Por isso, como veremos em seguida, a atividade produtora desse valor cria o valor, mas não é o próprio valor, para isso é preciso que a atividade criadora se projete na coisa, conservando-a, mas negando seu caráter de objeto natural.

Marx não é rigoroso no emprego da palavra *contradição* (*Widerspruch*). No primeiro capítulo de *Para a crítica da Economia Política*, texto muito rente à linguagem hegeliana, essa palavra aparece muitas vezes e em casos que deveriam ser especificados unicamente como contrariedade (*Gegensatz* ou *Widerstreit*); no primeiro capítulo d' *O capital*, a palavra *Widerspruch* desaparece. Isso é normal num texto de um neo-hegeliano, já que para Hegel a contrariedade possui empuxo que a leva para a contradição. Mas para nós, preocupados em estabelecer os momentos

em que a dialética marxista se distancia da lógica especulativa, essas distinções se tornam essenciais pela simples razão de que, se toda contrariedade viesse a ser contradição, não haveria como distinguir o idealismo hegeliano, para o qual todo racional é efetivamente real e vice-versa, do materialismo de Marx, que procura, na racionalidade do capitalismo, sua contraparte irracional. Em suma, perderíamos de vista as peculiaridades da racionalidade irracional do capital.

Estou procurando mostrar que a distinção cuidadosa entre “contrariedade” e “contradição” permite encontrar a primeira contradição no antagonismo entre valor de uso e valor. Compreende-se então o caráter expressivo do valor, como este transforma o produto do trabalho em *hieróglifo social* (*gesellschaftliche Hieroglyphe*) (K, I, 23,88; trad., I, 72), no interior de um jogo de determinações dialeticamente contraditórias, sem que ele possa ser consumido na sua totalidade pelo Espírito, já que a natureza não mais se resolve na projeção desse Absoluto. Como veremos em seguida, a dialética materialista só pode abranger a esfera da dialética do social caso se converta numa análise das “objetidades” (*Gegenständlichkeiten*) (K, I, 23, 66) em que se *projeta* o trabalho social. É nesse nível de uma ontologia do social, ligada a formas de expressão desse trabalho, que deve ser analisada nas suas virtudes e nas suas limitações.

Convém, além disso, frisar, antecipando-nos, que é expressão do produto do trabalho na forma-valor e não da mera avaliação do valor de uso pelo valor de troca. “Nossa análise provou que a forma-valor [*Wertform*] ou a expressão de valor [*Wertausdruck*] da mercadoria origina-se na natureza do valor das mercadorias, e não, ao contrário, que valor e grandeza de valor tenham origem em sua expressão como valor de troca” (K, I, 23, 75; trad., 63). Este é o engano dos mercantilistas, que, a despeito de sublinharem o lado qualitativo da equação de troca, porque não veem nela a contradição inscrita na forma-valor, descuidam de buscar seu fundamento, o trabalho abstrato inscrito nos produtos em geral.

### 2.3. Trabalho abstrato

Ser produto é uma das determinações da mercadoria. Na verdade é possível vender uma coisa achada, mas basta que se procure achar reiteradamente para que essa atividade se transforme em processo de trabalho. Como a superação do ser-aí do valor de uso, posto para o processo

de troca, altera, sem destruir seu fundo de coisa, o modo de ser, o estatuto ontológico do produto? A obtenção reiterada de produtos requer trabalho, que esses produtos sejam postos em proporções determinadas requer que as diversas atividades de produzir sejam medidas pelo tempo em que elas se performam. Desse modo, diversos trabalhos concretos e particulares devem ser medidos pelo mesmo padrão, o *tempo de trabalho*, embora não percam por isso suas especificidades. Somente os trabalhos inscritos nos produtos, vale dizer, mortos, se tornam homogêneos em virtude de estarem participando de relações de troca e sendo subsumidos ao valor. Abstrai-se o caráter particular deste ou daquele produto, visto que todos eles passam a ser considerados parcelas de uma mesma substância. Como valor de troca, cada mercadoria é apenas certa quantidade do *tempo de trabalho coagulado* que uma sociedade destina à sua reprodução. Mas essa massa não se gera pela simples média dos tempos reais consumidos na produção de cada coisa. Se a reflexão é interna, a média não pode resultar do cômputo feito por um analista estrangeiro que, desembarcando de surpresa na terra de produtores de mercadorias, cuidasse de determinar o tempo médio gasto para obter esses produtos. Nem todo produto se socializa ou é socializado pela troca, de sorte que a característica especificamente social do objeto trocável como valor deve ser demonstrada no fim do processo produtivo, quando os padrões meramente pensados e representados, a despeito de se ancorarem em experiências passadas, se ajustam num único padrão valendo para todos. Mas essa abstração das diferenças qualitativas dos produtos acaba impondo aos diversos processos de trabalho o caráter de vir a ser *trabalho social* (*Zur Kr.*, 13, 18; trad., 143). É preciso, entretanto, ter o cuidado de examinar como os procedimentos coletivos de abstrair, que resultam no trabalho abstrato quantificável e no valor, seguem por dois caminhos. Um deles conduz à substituíbilidade, à vicariedade dos trabalhos entre si, pois ao valor pouco importam suas especificidades, a não ser que a produção de um deles ultrapasse as necessidades sociais. Outro mostra como se tornam socialmente necessários em virtude do processo de medida, cuja realidade se confirma por ter correspondido às exigências da demanda efetiva. Por certo esses dois caminhos se cruzam a todo instante, mas somente sua congeminção cria aquela base de produtos hieróglifos pressuposta e reposta pelo modo de produção simples de mercadoria.

A dupla qualidade do trabalho, concreto e abstrato, reformulando para uma dada época a oposição entre trabalho vivo e trabalho morto,



constitui, pois, determinação essencial desenhada pelo circuito da reflexão da troca mercantil. Esse processo produtivo peculiar possui essa diferença como ponto de partida e de chegada. Mas a existência desse tipo de trabalho abstrato está condicionada, em primeiro lugar, pelo modo de reposição e circulação das mercadorias, tornando sistematicamente indiferente que um produtor trabalhe este ou aquele objeto, desde que continue a medir seu produto segundo o parâmetro criado por uma sociabilidade determinada. Essa estrutura sincrônica, porém, depende, em segundo lugar, do desenvolvimento tecnológico, portanto, de um fator do vir a ser histórico, responsável pelas condições em que os trabalhos se tornam substituíveis. Convém não perder de vista que a abstração duma categoria não resulta apenas da variação teórica dos aspectos do objeto correspondente, como se os momentos se diversificassem graças ao movimento do Conceito. É preciso corrigir o viés idealista adquirido pela análise crítica, ao deter-se no jogo das determinações categoriais; ainda cabe mostrar que esse desdobramento *exprime* uma situação de fato gerada ao longo do tempo: “A indiferença em relação a um trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero de trabalho é fortuito [...], o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade, em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade” (G, 25; trad., 125).

Estamos considerando unicamente o modo de produção simples de mercadoria, no qual não há, pois, criação de excedente econômico. O estudo do desdobramento de suas categorias implica tomar o trabalho na sua dupla qualidade. Mas, para que esse modo de produção venha a ser, é necessário um tipo de abstração que somente se cumpre e se perfaz no modo de produção capitalista. Os fenômenos socioeconômicos, objetos de nossa análise, são pensados por abstrações resultantes do processo objetivo segundo o qual homens se relacionam mediados por objetos naturais. Na estruturação da troca mercantil esse processo do vir a ser é esquecido, tudo se passa como se as abstrações brotassem da reflexão exterior do analista. Por isso Aristóteles, o primeiro a perceber que o comum entre os valores de troca está ligado ao trabalho, não podia ir além desse resultado, já que, na Antiguidade, o trabalho escravo estabelecia uma distinção social entre esse tipo de trabalho e suas outras espécies, impedindo assim sua generalização teórica. David Ricardo vive noutros tempos, essa abstração já tinha sido

feita concretamente pela evolução do mercado, mas seus compromissos de classe o impedem de detectar no tempo de trabalho socialmente necessário aquela reflexão interna, a única que abre caminho para que se distinga, de um lado, forma-valor (*Wertform*), vale dizer, o valor sendo configurado por aquelas determinidades formais que o produto do trabalho ganha ao ser inserido no processo de troca; de outro, o próprio valor (*Wert*), que perpassa as equações de troca, o comum dos valores de troca remetendo a seu fundamento, o tempo de trabalho socialmente necessário. Mas, ao contrário do que pensa Ricardo, esse trabalho é abstrato e coagulado como gelatina no ser-aí de cada produto do trabalho.

Vale a pena demorar-se nessa crítica a Ricardo. Em que ponto nevrálgico recai a objeção de Marx? Depois de ter visto corretamente, diz ele, que a “quantidade de trabalho” determina o valor de troca das mercadorias, Ricardo deixa de investigar o *caráter* desse trabalho, não vê que, na equivalência proporcional das mercadorias, perpassa uma *substância* resultante de um trabalho especificamente determinado. Ele, como seu discípulo Bailey, não percebem que “todas as mercadorias, enquanto são valores de troca, constituem apenas expressões *relativas* do tempo de trabalho social, sendo que sua relatividade não reside na relação [*Verhältnis*] em que se trocam mutuamente, mas na relação de todas com o trabalho social como sua substância” (TMW, II, 163). Em seguida, dada a determinação da grandeza do valor das mercadorias pelo tempo de trabalho, esses autores tratam de ver se as outras relações econômicas, as categorias da teoria *econômica*, *contradizem* ou não essa determinação do valor (TMW, II, 155). Esse reproche passa ao longo do texto. Marx lembra que Ricardo divide o capítulo sobre o valor em sete seções: “Na primeira seção será investigado precisamente [o seguinte]: o *salário* *contradiz* [*Arbeitslohn*] a determinação dos valores da mercadoria, o tempo de trabalho contido nela?” (TMW, II, 159).

No entanto, como era de esperar, em se tratando de um bom autor inglês, nessas páginas de Ricardo não aparece uma só vez a palavra *contradição*. Toda a análise está focalizada nas possíveis *variações* dos valores das mercadorias, a fim de mostrar como a quantidade de trabalho há de ser fixada como o parâmetro para determinar os valores relativos de todas as outras mercadorias. Por que essa preocupação em traduzir mudança e variação nos termos da contradição, cuidado que alinhava todo o texto de Marx? Simplesmente porque está em questão o caráter desse parâmetro,

que, além de ser *reflexionante*, isto é, a pressuposição da unidade da medida precisa ser validada no final do processo de mensuração, deve ainda revelar seu lado *qualitativo*, trazendo à luz o caráter de ser, a substancialidade, que o trabalho vivo adquire ao ser medido como trabalho morto inscrito no fundamento de uma sociedade. Somente assim essa atividade congelada constitui aquela substância mística que há de parcelar-se em cada valor de troca, substância que, por sua vez, é a face expressiva de uma situação de fato, em que os trabalhos se socializam em virtude de sua vicariedade. Sem essa separação entre trabalho vivo e trabalho morto socializado de uma forma *sui generis*, por conseguinte, sem a constituição de uma entidade sensível suprassensível exprimindo seu fundamento social e histórico, o valor, como massa de riqueza abstrata proporcionalizando-se nos vários valores de troca, não *contradiz* sua universalidade e sua abstração nas particularidades concretas dos valores de troca. E assim se perde a diferença específica do modo capitalista de produção. Por isso Marx reivindica orgulhosamente ter sido ele o primeiro a demonstrar a dupla qualidade do trabalho, vivo e morto, posto em movimento pela sociedade capitalista, porquanto “o trabalho, conforme vem expresso [*ausgedrückt*] no valor, não mais possui as mesmas notas características [*Merkmale*] que lhe advém como produtor de valor de uso” (K, I, 23, 56; trad., 1, 49, modificada). Mas esse ponto crucial (*Springpunkt*), no qual a análise dá o salto, pode ser entendido sem o estudo cuidadoso da contradição? Não é ele que revela o padrão de racionalidade que o capital impõe ao sistema produtivo como um todo?

Cabe, por fim, assinalar uma característica muito especial dessa noção de forma. Não resulta da abstração do entendimento que recolhe aquela nota (*Merkmal*) comum a vários objetos, está ligada às operações dos agentes que remetem as propriedades desses objetos a outros trocáveis, cada visada sendo totalizada por um processo universalizante de expressão. Cada coisa vale na sua universalidade de produto de trabalho, assim como na sua vicariedade, na medida em que pode ser substituída por qualquer outra coisa vendável no mercado. No entanto, esse espelhamento da forma valor de uso na forma valor de troca não se faz sem que esse valor de uso se exprima por aquele valor de troca, coisificado e quantificado. Este último, conquanto determinado formalmente como trocável numa dada proporção, passa a pertencer ao conjunto indefinido de objetos trocáveis, e o casaco se *determina* então como igual a todos eles. Mas essa determinação contraditória

– universalidade social do trabalho determinando-se em suas particularidades concretas – é a busca de seu fundamento, *enclausuramento* de todos os trabalhos concretos na substância gelatinosa como trabalho abstrato. Não é, pois a nota característica “trocável” que determina a extensão do conjunto, mas a determinação de cada coisa poder ser igualada, a partir de um *ponto de vista global*, a tantas outras, pois só assim elas ganham a homogeneidade que legitima a troca, o que leva a determinação “trocável” a ser legitimada e garantida por estar exprimindo uma parcela da substância valor. Por sua vez, os agentes, postos numa forma específica de sociabilidade, aparecem como trabalhadores proprietários, cuja atividade, porém, só se confirma socialmente depois de ter demonstrado sua capacidade de ser consumida por aqueles que podem reciprocamente na mesma moeda. Não é porque o Conceito, da mesma forma que na lógica hegeliana, funciona como espécie de microprova ontológica, regra viva capaz de pôr seu caso, que a contradição não vai ao fundo, mas simplesmente porque é modo de aparecer e de exprimir-se de uma forma de estruturação dos diversos processos de trabalho num sistema produtivo.

Quando a contradição vai ao fundamento ela também oculta, ao congelar seu lado qualitativo para fazer aparecer apenas seu lado quantitativo, a variação universalizada em que os valores de troca são postos ensejando a fixação de um deles como dinheiro, vale dizer, valor de troca cujo uso principal é a troca. Um valor de uso se *exprime* em vários valores de troca; para que isso se torne viável, entretanto, eles devem possuir algo em comum, uma qualidade a garantir a proporcionalidade pensada e representada. Por sua vez, esse comum passa a *exprimir-se* nesses valores de troca, *contradizendo* então sua universalidade e sua abstração. Mas para isso o comum precisa encontrar um fundamento *in re*, no processo social de medir os trabalhos concretos pelo padrão do trabalho abstrato, na atividade redutora da diversidade a uma mesma unidade. Por isso a substância valor passa a ser a *expressão* do que lhe assegura existência social. Na equação de troca, tudo se passa como se o planeta Vênus estivesse aparecendo na estrela da manhã, na estrela da tarde, e em tantas outras estrelas igualadas entre si por essa referência a Vênus, que, na sua face aparente, então nada mais seria do que o ponto de convergência dessas visadas. Mas nessa condição Vênus se vinga de ter sido negada pela particularidade das estrelas, transformando-as em formas aparentes (*Erscheinungsformen*) de sua substancialidade divina, visto ser o

cruzamento absoluto das referências. O que assegura que esses vetores não confluem em dois planetas? A atividade absoluta de transformar todos os trabalhos concretos, reduzidos à mesma unidade de trabalho abstrato, a possibilidade efetiva, historicamente datada, de obter o mesmo resultado, o valor, seja fabricando linho, seja costurando casacos, seja minerando ouro, e assim por diante. No plano da expressão, das equações de troca, esse absoluto é apenas pensado, referido. Esse pensamento se torna efetivo, realizado muito mais facilmente, se, em vez de cada valor de uso ser trocado por um valor de troca, ele for trocado de fato por um valor de troca que é pensado e aceito socialmente como trocável por qualquer outro valor de troca, isto é, pelo dinheiro. Por isso o dinheiro não pode ser símbolo do valor, porque nessa sua função simbólica estaria ocultando o fundamento da contradição, quando a moeda se troca pelo valor de uso sem levar em conta o trabalho abstrato que lhe confere sua razão social, a sociabilidade específica que está na sua origem, assim como as forças produtivas coordenadas por ela. Se o dinheiro exprime Vênus é porque se põe como a contradição aceita socialmente de ser coisa trocável cujo uso primordial é a troca, reflexão que toma sua *referência*, a trocabilidade, como seu *sentido*. Mas, ao contrário do que acontece na lógica especulativa, essa transformação da referência em sentido está *representando* o processo efetivo de reduzir os trabalhos concretos a trabalho abstrato, tanto porque o que foi pensado se realiza no processo de troca, garantido por uma demanda efetiva, como pela vicariedade de fato do processo de trabalho em ação. Esse lado oculto, o dinheiro não exprime, assim como a teoria que faz dele apenas um símbolo. Se o fetichismo da mercadoria condiciona a contradição, também ele delimita as fronteiras desse processo expressivo, cuja realização oculta as vicissitudes da redução da diversidade das jornadas de trabalho a uma jornada ideal. Isso se percebe claramente quando a equação “M – D – M” é interrompida pelo entesourador que, guardando o dinheiro em casa, impede que o valor pensado da mercadoria se efetive. A solução das vicissitudes do processo de troca abre caminho para a primeira crise do sistema produtivo, quando fica obstruída a constituição de seu absoluto, de sua boa infinitude. Não é preciso pensar o fundamento desse movimento expressivo no pormenor?

## 2.4. O fetiche

Ao reinstalar uma cesura entre pensamento e realidade efetiva, Marx não está simplesmente retomando a oposição clássica entre ideia e ideado, representação e representado, e assim por diante. Antes de ser meu, o pensamento é dos agentes que pensam, a partir de seus vários pontos de vista sobrepujados pela exterioridade da óptica do valor. Trata-se de um processo de intercâmbio intersubjetivo, pelo qual certos objetos se transformam em signos, em instrumentos de pensar. A forma de sociabilidade mercantil é ao mesmo tempo pensamento e constituição de produtos em signos. Ela é igualmente transformação coletiva de objetos, trabalho social efetivo, e transformação de seus produtos em significados, expressões do valor, graças a uma dialética em que o morto exprime o vivo. Desse modo, se a Ciência expõe o desdobramento das categorias econômicas é porque o curso delas captura uma substância, cujo sujeito é a própria sociabilidade burguesa moderna, a residir tanto na natureza e na sociedade como no cérebro dos agentes, exprimindo, pois, formas, modos de ser, determinações de existência de objetos, pelos quais os indivíduos criam, fazem circular seus produtos e tecem uma sociabilidade *sui generis* pela qual se individualizam como atores sociais. Tais formas configuram, pois, determinações separáveis tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista da ação dos agentes envolvidos (G, 27; trad., 127).

Como, porém, essas categorias se articulam entre si? A regulação dos comportamentos, sua determinação, se faz por procedimentos que *medem* os objetos uns pelos outros, *juízos práticos* que apresentam e repõem o valor como padrão de medida. Qual é, porém, a estrutura desses juízos? Sob esse aspecto Marx inverte o procedimento hegeliano. Não é o juízo, ou, na sua forma mais completa, o silogismo, que põe a forma objeto, este sendo ele próprio um silogismo, mas é a completude ilusória da identidade valor, aquele comum que vem a ser pressuposto completo antes de ser posto efetivamente como tal. No nível de sua dimensão expressiva esse valor desenha aquela condição da troca e da produção que *representa* as virtualidades das trocas *como se* todos os produtos estivessem sendo submetidos a um parâmetro pressuposto, *como se* todos eles, desde logo e sem atrito, determinassem uma dada quantidade da riqueza social. O ato de medir é reflexionante, pois confirma, no final do processo, o padrão de que se parte. Esse juízo não se resolve na aposição do padrão ao objeto, mas num processo de constituição de uma média social na qual os elementos se

projetam, tendem a ele como seu ideal. Cabe ao investigador antes de tudo acompanhar esse movimento constituinte e apontar como a ilusão opera no pensamento e na ação dos atores, fazendo com que suas práticas revelem as articulações que à primeira vista o fenômeno como tal obscurece. Ao contrário de Hegel, para Marx a tarefa é sublinhar que não é o pensamento o demiurgo do real, mas o material é que é transposto e traduzido para a cabeça do homem no curso do processo efetivo de transformar a natureza, os outros e a si mesmo. Mas, como esse material inclui indivíduos pensantes e produtos que fazem pensar, a forma de sociabilidade congemma processos de trabalho com processos de medir produtos, graças à instituição de um sistema expressivo no qual cada elemento simples vale no interior dessa estrutura significativa. Já que essas representações, operando no nível da práxis, representam que todos os produtos serão integrados numa única substância dividindo-se por si mesma em partes representantes do todo, cabe conceber esse processo como aquela contradição que, se exprime a matriz fenomênica da mudança, não esgota em si mesma, porém, seu empuxo de transformação. Se a crítica teórica tem como pressupostos os limites de nossa finitude, não é por isso que precisa recusar a existência de uma substância social a seguir o curso do bom infinito, desde que esteja atenta para o lado ilusório desse absoluto. Levada a cabo, adquire os instrumentos necessários para denunciar o caráter abstrato da ciência positiva do capital. Mas se este, desde sua forma mais simples, a mercadoria, é atravessado pela contradição, cumpre não esquecer que cada passo na sua efetivação também tece novo véu a encobrir a oposição fundamental entre o vivo e o morto. Isso em nítida oposição ao procedimento hegeliano, no qual cada avanço na determinação do Conceito, já que também inscreve o perguntar pelo sentido da nova posição, caminha progressivamente na direção da clareza do Saber Absoluto. Ora, qual deve ser a estrutura dessa apresentação de um real que se diversifica, mas igualmente se oculta a si mesmo, a fim de que esse apresentar teórico e prático possa vir a ser simultaneamente conhecimento e revolução? Como o aprofundamento da alienação resultará na sua superação?

Os tempos dos trabalhos concretos, medidos, suponhamos, em horas e minutos, conforme sejam postos como casos do padrão abstrato, resolvem-se em parcelas do tempo socialmente necessário para que a produção como um todo seja absorvida pelo mercado. Suponhamos que o tempo médio para produzir um quilo de batatas seja de uma hora. Se para

obter esse quilo um agricultor particular gasta duas horas e outro meia hora, no mercado essas durações terminam por ser respectivamente reduzidas ao tempo padrão de uma hora. Do ponto de vista do modo de produção simples de mercadoria, a primeira se reduz e a segunda se potencializa, o tempo cronológico não se confunde assim com o tempo *socialmente necessário*. O analista pode imaginar que esse tempo consiste na soma dos tempos individuais dividida pelo número de trabalhadores. Mas este último número não está dado de antemão, e, para aqueles que participam do mercado, somente o carecimento social, que por sua vez é determinado pelos hábitos criados e possibilitados pela oferta, vem fechar essa circularidade virtuosa. E todo esse processo reflexionante se arma para que a concorrência do mercado possa beneficiar aqueles que operam em melhores condições de produtividade e exclua todos aqueles que não conseguem repetir um trabalho que a sociedade não pode bancar da óptica da solvibilidade. Sob a capa da equivalência dos valores se oculta, pois, a luta pela manutenção das posições no mercado. Do ponto de vista lógico, a condição de existência do valor, os diversos trabalhos concretos efetuados, passa a ser medida por um padrão abstrato pressuposto e representado, que se repõe no final do processo, quando o produto é trocado por outro verificando e ajustando a projeção inicial, potencializando e diminuindo as diferentes produtividades dos processos de trabalho, a fim de que sejam subsumidas na substância pressuposta, numa quantidade, porém, *post festum*. É como se num jogo de xadrez as regras prévias do movimento das peças fossem sendo adaptadas conforme o percurso trilhado pelos agentes progride até chegar ao xeque-mate. As equivalências pressupostas são, pois, *ilusões necessárias* provocadas pelo fato de se tomar como ponto de partida o resultado de um processo anterior de produção, que se reproduz sem que se saiba se ele está sendo exercido no mesmo grau de produtividade do trabalho. As representações individuais são ajustadas a uma medida que somente aparece no final do percurso. Apenas no fim de cada ciclo produtivo a medida representada se converte na medida da eficácia do processo de socialização baseado na manipulação de coisas e troca de produtos. Em outras palavras, o pressuposto mostra sua verdade ajustando sua medida ao posto, sua idealidade não desenha o perfil do seu caso.

Estranha desde logo como um padrão de medida pode funcionar mantendo seu estatuto de abstração. O quilo para medir o açúcar ou o metro para medir um comprimento são pedaços da natureza que os homens

elegem como unidades de medida, como regras, cujas respectivas matérias, porém, permitem que sejam *manipulados*. Mas o valor-trabalho não é medida analógica, muito menos digital; lembra, pelo contrário, aquele processo de medir empregado pelos construtores de Lesbo, que usavam uma fita flexível de chumbo para descobrir qual pedra melhor se adaptava ao vão já construído. Nesse caso, o padrão não é o comprimento da fita, mas o perfil que ela desenha do vão entre as pedras, de sorte que os blocos a serem colocados se tornam mais ou menos apropriados, mais fáceis ou mais difíceis de serem desbastados. Mas, antes de ser usada, não se adivinha da fita o desenho da pedra. E se, na verdade, para que esses objetos tomados como regras possam funcionar, no caso do trabalho, para que suas respectivas temporalidades naturais possam ser suprimidas, é preciso que sejam *vistos como* regras, por conseguinte, inseridos numa técnica de mensuração. Não é, pois como abstração que adquirem o poder de medir, mas se tornam regras porque os fatos passam a ser considerados casos delas, confirmando o que antes foi apenas idealizado. Como isso ocorre na mensuração do trabalho?

Assim como a lógica transcendental kantiana nasce quando se indaga pela relação entre a representação e o representado como objeto possível de conhecimento, a lógica dialética do capitalismo nasce quando se indaga pela relação entre a regra valor e o valor efetivo que um objeto adquire no mercado. Mas essa regra é ao mesmo tempo o que regula a constituição do caso, a conformação do objeto de uso, assim como sua transformação em valor, forma de sociabilidade, que termina por repor a própria regra. Tudo se arma para explicar como o valor, como forma abstrata, passa a medir produtos à primeira vista incomensuráveis e a coordenar diversos atos produtivos para que se aglutinem num sistema que, a despeito de suas crises, continua a funcionar harmonicamente. Cabe então sublinhar que, se por certo a regra põe seu caso, não é porque o universal se torna capaz de se particularizar e de se singularizar, não é porque vem a ser a tríade dialética *in fieri*, mas, sobretudo porque constitui processo prático de *medir* aplicando-se a processos de trabalho que, devendo ser diferentes, são substituíveis entre si. A determinação final é, como fenômeno, quantitativa, fixa uma proporção entre os valores de troca, porque oculta sua substancialidade qualitativa. Se para Hegel a medida prefigura a lógica da essência, para Marx ela é a própria essência do processo, porque nela reside uma forma de práxis. A unidade essencial, o valor em si mesmo, sendo

igualmente determinada por aquele pressuposto qualitativo ilusório de que a reposição do sistema se fará sem atrito e sem crise, comporta-se como se fosse o Conceito contendo em si mesmo a capacidade de se pôr. Por isso a atividade efetiva de transformar a natureza, no quadro dessas relações sociais específicas, aparece, na expressão das trocas dos produtos desses trabalhos, *como* se resultasse da movimentação desses mesmos produtos imbuídos de seus significados. No entanto, visto que os agentes estão pensando a partir de suas representações aparentes, continuam a agir segundo padrões que negam esse pensamento enquadrado pelo pressuposto da ilusão: “Portanto, os homens relacionam entre si seus produtos de trabalho não porque consideram essas coisas meros envoltórios materiais desse trabalho humano da mesma espécie. Ao contrário. Ao equiparar na troca seus produtos de diferentes espécies, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem” (K, I, 23, 88; trad., I, 72).

Em resumo, o padrão, aparentemente absoluto, está sendo amparado por um processo efetivo de equiparação e medida, que toma como padrão efetivo o trabalho humano na sua universalidade e abstração. Não é a representação que indica os produtos como peças virtuais da riqueza social, não é esse saber (*Wissen*) que cada agente possui do processo, mas sua prática efetiva de *equiparar uma ação*, seu fazer (*Tun*), que toma os produtos postos em diferentes espécies de troca como valores, conferindo-lhes aquela determinidade histórica que se oculta e aquela objetividade tramada numa proporção determinada que igualmente esconde o comum, o qualitativo, permeando os termos da troca.

Por fim, vale notar que o desenvolvimento dessa forma-valor é articulado por dois movimentos. Um teórico-prático, consubstanciado no travejamento das intenções representativas pelas quais os objetos se exprimem reciprocamente e vão se objetivando como forma-signo, na medida em que os agentes perdem o sentido de suas ações individuais; outro prático-natural, resultante do desenvolvimento das forças produtivas, cuja articulação, ela mesma uma força, vai simplificando o processo de trabalho. Abstração por sua vez repostada no presente, na medida em que esse comum posto pela igualação corresponde a um dispêndio da força humana, o qual, embora socialmente determinado, constitui o elemento simples a que se reduzem os trabalhos mais complexos. Por isso a forma simples é

simultaneamente parte elementar da linguagem das mercadorias e átomo mediado do real, forma de sociabilidade e natureza.

Nessa altura se desvenda o segredo do fetichismo da mercadoria. No que ele consiste? Um objeto, um quilo de café, por exemplo, se apresenta para todos nós como tendo a propriedade de valer oito reais, atributo entre outros, como a cor, o peso e assim por diante, mas que coloca o café como parcela da riqueza social. A *positividade* do valor, travejada pelas diferenças de perspectivação, se dá, entretanto, como totalização dessas ópticas por meio de uma mercadoria quantificável, que recolhe a projeção de todos os valores de troca, o equivalente geral, matriz do dinheiro. Visto que toda mercadoria em princípio pode ocupar esse lugar no curso das equações, cada uma se dá, etiquetada por seu preço, como coisa sensível suprassensível, mera incorporação do valor. Este se manifesta na coisa como o santo mora na estátua. O segredo dessa maneira de se apresentar, porém, não está nem no uso do objeto, nem no seu próprio valor. A mercadoria, ao ser usada como coisa, vincula sua utilidade a uma atividade *fisiológica* ligada às funções orgânicas do homem: este gasta seus músculos e seu cérebro porque precisa de vários produtos. E os valores de uso se diferenciam conforme se diversificam tais necessidades. Ao ser empregada como valor, este está sendo determinado pelas diferentes durações desse dispêndio da força de trabalho, de sorte que o aspecto quantitativo do processo é tão marcado quanto seu aspecto qualitativo. Mas a qualidade comum, aquilo que perpassa *todos* os valores de troca, está sendo tramada pelo jogo assimétrico da forma relativa e da forma equivalente, o qual faz com que cada determinação (uma forma específica de trabalho) apareça no seu outro. Por isso, toda atividade, em virtude desse jogo formal, surge, quando dissociada dele, como se fosse propriedade do objeto na qual ela incide. O mistério nasce, pois, da própria *forma* da mercadoria:

A igualdade dos trabalhos humanos adquire a forma material [*sachlich*] de iguais objetividades-de-valor de produtos de trabalho, a medida de dispêndio de força humana de trabalho adquire por meio de sua duração temporal a forma de quantidade-valor dos produtos do trabalho, por fim, as relações entre os produtores, nas quais se confirmam as determinações sociais de seus produtos, adquirem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho [K, I, 23, 86; trad., I, 71].

A mera expressão de um valor de uso no valor equivalente, suponhamos, 1kg de café = 2g de ouro, diz que tanto de café tem a *propriedade* de valer tanto de ouro, isso da mesma maneira que ele é preto, cheiroso, e assim por diante. No fundo, entretanto, não se trata de predicação, mas de *igualdade*, apresentando-se como se fosse propriedade dos objetos igualados. Com isso se oculta aquela reflexão que Marx faz emergir quando cliva a igualdade nos três planos em que ela se gera: igualdade dos processos de trabalho, a medida do dispêndio da força de trabalho e as relações entre os produtores. Essas três igualdades mensurantes surgem como igualdade dos objetos mensurados: 1) igualdade do modo de ser dos objetos ocultando uma diferença subjetiva, individual, dos processos de trabalho, da relação de cada homem com a natureza; 2) igualdade da quantidade dos produtos ocultando as diferenças entre os dispêndios de força humana; 3) relação entre os produtos ocultando as diferentes relações sociais. Graças a esse quiproquó os produtos do trabalho se transformam em mercadorias, em coisas sensíveis suprassensíveis, em suma, em signos sociais. Mas essa mercadoria tem sentido como expressão do valor porque seu ser valor, sua essência, é falsificar o ser diferente pressuposto, somente repostado como oculto nas diferenças de uso, nas diferenças de quantidade do dispêndio da força física e na diferença dessa troca com outras. Todas essas diferenças, embora continuem a ser efetivas, são esquecidas para que se instale a unidade de uma forma de intersubjetividade permeada por produtos-signos.

Convém insistir que a inversão não ocorre em virtude do desvio de uma universalidade que se mostra como particularidade, mas de uma igualação mensurante se dar como mensurada, ou, nos termos da lógica hegeliana, de uma reflexão exterior ter como fundamento uma reflexão determinante. O quiproquó possui assim a mesma estrutura daquele engano que Kant aponta na metafísica clássica: atribuir ao fenômeno aquilo que é condição de possibilidade dele. Isso porque a condição de possibilidade é o que leva o produtor a trabalhar e a trocar. Desse modo, o erro não é praticado pelo analista, mas por todos aqueles que participam da sociabilidade tecida pelas relações de mercado. A positividade da sociedade capitalista, por conseguinte, consagra uma ilusão, que somente se desvenda quando se indaga, teórica, mas, sobretudo praticamente, pelas possibilidades de sua individuação.

O Conceito somente logra pôr o particular porque, retomando um preconceito do qual os antigos não se livram, coloca num mesmo plano o movimento e a atividade que o torna possível. Ou melhor, o Conceito é esse movimento. Por isso Hegel precisa transladar toda a dinâmica moderna, toda ela baseada no princípio da inércia, vale dizer, na possibilidade de um movimento sem força determinante, para o lado da representação. Ao fazer da *Entwicklung* uma ilusão, embora constituinte da sociedade capitalista, Marx pode recusar o preconceito antigo, analisar o metabolismo entre o homem e a natureza em termos dinâmicos, como dispêndio de forças humanas para transformar a natureza. Daí seu materialismo. Mas a socialização do produto, por conseguinte, a socialização e individualização social dos produtores, se faz graças à ilusão necessária de que os trabalhos efetivos não seriam *nada* mais do que posições do valor, que se efetiva num movimento marcado por estases sucessivas. O resultado *empírico* da equiparação dos diversos processos de trabalho por meio do produto socializado se universaliza como pressuposto, como *regra* da socialização dos singulares. A sociabilidade mercantil e notadamente a sociabilidade capitalista se afirmam como um *sistema expressivo*, no qual o dinheiro e o capital aparecem como os processos mais profundos de sociabilização, em que a relação do homem com a natureza fica relegada para o segundo plano. Se isso tem a enorme vantagem de desligar o homem de suas determinações naturais (não reside aqui o papel civilizatório do capital?), de preparar o reino da liberdade, em contrapartida as próprias relações sociais aparecem reificadas, naturalizadas, como se a relação com a natureza deixasse de ter importância. Qual é, porém o limite desse engano?

## 2.5. A contradição fetiche

Compreende-se por que Marx deve, em primeiro lugar, recorrer a um processo histórico que mostre como paulatinamente se forma um trabalho *sans phrases*, enquanto condição apresentativa para que possa operar o juízo reflexionante do valor. A substância universalizante tem como seu fundamento uma estrutura social em que as peculiaridades dos processos de trabalho se tornam indiferentes para sua reposição como totalidade. Mas essa estrutura tem sua origem no desenvolvimento histórico, no desdobramento das forças produtivas, que permitem essa substituíbilidade dos processos de trabalho. Compreende-se, em segundo lugar, que Marx considere a unicidade do padrão de medida uma *ilusão necessária* aceita

pelos agentes na atividade de trabalhar e trocar; unicidade que é repostada no final do processo de troca, quando a diversidade dos processos de trabalho desaparece diante da igualação dos produtos. É de notar que esse caráter ilusório não nasce da adoção de um ideal de equilíbrio que se ajustaria no decorrer do processo produtivo, mas de esse ideal se dar como mensurante ocultando a práxis da medida. As relações sociais de produção mercantil ficam assim atravessadas por uma operação de transferência da simplicidade da medida para a simplicidade do medido, agora, porém como forma efetiva de sociabilidade baseada numa ilusão inscrita nas coisas. Porquanto, se a história pode fazer com que venha a existir o trabalho como objeto simples, não é por isso que se deve supor que todas as formas existentes de trabalho efetivo possam ser reduzidas a ele. Isso só é possível enquanto continuam a operar, no lado oculto do sistema, aqueles processos de redução e de exclusão que conformam toda atividade a um múltiplo do simples.

Percebe-se a importância do fetichismo da mercadoria na economia dos conceitos elaborados por Marx, pois só ele permite denunciar o misticismo lógico do Conceito, conferir movimento contraditório àquelas categorias que se desdobram a partir da contradição principal entre valor de uso e valor, atribuindo especificidade histórica à oposição entre trabalho vivo e trabalho morto. As determinações operam como propriedades de objetos sensíveis suprassensíveis, objetos-regras, em processos conflitantes. A contradição articula-se porque a mensuração do trabalho efetivo se faz por meio de um padrão representativo e imaginário, constituído de maneira reflexionante pela troca, mas ancorando-se de fato no processo pelo qual a produtividade do trabalho vivo se socializa como trabalho morto. Nada mais equivocado do que tomar esse fetiche como falha de um universal que se particulariza, pois essa maneira de pensar tanto mergulha no Conceito como oculta aqueles juízos práticos constituintes do valor, os quais precisam levar em conta os resultados obtidos pelos agentes ao se integrarem num modo de produção, no qual seus trabalhos individuais passam a ser medidos por um parâmetro exterior. Desse modo, o valor não só descola o trabalho de seus condicionamentos naturais imediatos, mas instala também uma relação social contraditória, *contradizendo* a finalidade exposta no trabalho vivo e impondo a finalidade sem fim do valor. Isso porque ele faz com que todos os agentes passem a operar *como* se existisse um átomo simples de trabalho a servir de componente de todos os outros, de sorte que as produtividades diferentes dos vários trabalhos efetivos

apareçam como se resultassem da concretização da média abstrata. Note-se, porém, que mesmo nesse estágio mais elementar de sua análise Marx não desiste de fazer corresponder a essa forma mensurante uma realidade sionatural, pois o trabalho simples e abstrato exprime um dispêndio natural de energia física. Mas a grandeza social desse gasto não se determina fora da troca. O que nos interessa, porém, é que não há, pois, contradição sem fetichismo, sem que se constitua aquela *ilusão necessária* que induz os agentes a agirem coordenadamente no seio de sua diferenciação.

Começa a se conformar o sentido da inversão da dialética hegeliana. A identidade resultante da contradição é ilusória, a despeito de servir de parâmetro para uma forma de sociabilidade que afirma a socialização de todos os trabalhos conforme nega suas particularidades concretas, constituindo assim um produtor universal como agente de uma identidade, o equivalente geral, cuja completude também é ilusória. Cria-se um espaço ilusório de equidade para encobrir aquela luta intestina entre aqueles que percebem seus esforços sendo medidos pelo parâmetro abstrato do valor, mais ainda do capital, violência que precisa ser ocultada para que o desenvolvimento das forças produtivas possa avançar. Forças sociais opostas vão ao fundo para criar um espaço de conciliação automático, já que aparentemente não são opostas, mas complementares. A fenomenologia desse espírito não apresentaria as figuras necessárias desse engano?

Dessa óptica, a universalidade completa é o fetiche, a luta e o confronto com a natureza, a efetividade. Mas o fetiche é real, pois os homens se comportam por ele e para ele. Se não forma um ente, não é por isso que deixa de constituir miragem que alimenta a conduta de todos. O valor é contraditório porque reúne juízos práticos, processo social efetivo de mensuração, de criar proporcionalidade entre os produtos graças à constituição de um trabalho simples congelado numa coisa, que é pressuposto e repostado sem que se possa tomá-lo fora dessa reflexão. Processo que tem como padrão a ilusão necessária de completude e de equidade, que promete equilíbrio entre o processo de trabalho e o processo de troca, que somente cumpre a conjunção de ambos se, ao mesmo tempo, criar incompletude e diferenciação social. Visto que a demanda não é infinitamente elástica, o conjunto de produtores possíveis só pode vir a ser *socialmente* determinado, de modo a estabelecer uma diferença entre aqueles que são e os que não são capazes de participar da circulação simples de mercadoria.

Essa identidade ilusória não teria vida social caso se colocasse unicamente como ideia reguladora dos agentes desse modo de produção. Ela precisa estar à mão desses agentes como *objeto*, o dinheiro de que eles precisam para trocar as coisas de que carecem por coisas produzidas por eles mesmos, de sorte que a divisão social do trabalho e as vicissitudes do próprio mercado passam a ser abolidas ilusoriamente na *forma* da mercadoria. Mas essa forma só pode revelar seu caráter sensível suprassensível quando ela se mostra produto do trabalho (*Arbeitsprodukt*), vale dizer, ponto final do processo de trabalho no interior do modo de produção mercantil. O texto de Marx sobre o fetichismo é explícito a esse respeito, e não poderia ser de outro modo, pois o processo de trabalho tem a virtude de resultar num *ente*, por conseguinte, um ser que foge da reflexão, o qual somente assim vem a ser sujeito de atributos misteriosos. O dinheiro, na forma de padrão-ouro, resolve essa dificuldade de ser ente, cuja identidade se resume na travessão de suas possíveis transações, no *espaço lógico* das trocas que valida e invalida.

A dificuldade, escreve Marx, é explicar o caráter enigmático do produto do trabalho quando ele assume a forma de mercadoria:

Todo o segredo da forma-valor consiste, pois, simplesmente em que ela espelha para os homens as características sociais de seu próprio trabalho como características sociais dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas, e por isso também a relação social dos produtores em face do trabalho total como uma relação social, existente fora deles, entre objetos [K, I, 23, 86].

Note-se o rebatimento das relações reflexionantes entre processos de trabalho e produtores para uma relação de igualdade entre *produtos de trabalho*, como se fossem entes naturais. O quiproquó nasce da projeção metafísica, do *espelhamento*, da reflexão que opera, como diria Hegel, entre o nada e o nada, para uma reflexão de igualdade manifestando-se entre entes cuja identidade, porém, é posteriormente determinada. Com isso o poder criador do trabalho oculta-se para dar lugar a um poder sobrenatural como se fosse natural, como se o trabalho nascesse do valor.

O fetichismo das mercadorias se perfaz na forma dinheiro quando o equivalente geral entre elas se concretiza numa mercadoria transformada em moeda universal. Marx pode traçar uma linha contínua entre mercadoria e dinheiro na medida em que estabelece que todas “as determinidades



formais pelas quais o ouro se desenvolve em dinheiro são apenas o desdobramento das determinações que já existem implicitamente na metamorfose das mercadorias” (*Zur Kr.*, 13, 116; trad., 225). Não nos convém desenvolver esse ponto. Mas cabe sublinhar que Marx indica explicitamente, nessas páginas sobre o meio de pagamento, que as “alterações de forma” (*Formwechsel*) nada mais são do que “a expressão objetiva das relações sociais em movimento, pelas quais os possuidores de mercadoria realizam seu *metabolismo*” (*Stoffwechsel*), em suma, como o processo de socialização, feito por meio dos produtos do trabalho, se espelha no jogo das determinações Formais, responsável ademais pela individuação dos agentes. Essa sociologia, esse logos do social, define seus próprios agentes.

Marx havia estabelecido que, “no processo M – D, a mercadoria, na condição de valor efetivo e valor de troca ideal, se relacionava com o dinheiro, este na condição de valor de troca efetivo e valor de uso ideal”. Vendedor e comprador alienam respectivamente seu produto e seu dinheiro efetivando as determinações formais desses objetos. Mas, como forma de pagamento, o dinheiro determina os agentes estabelecendo outros tipos de separação. Efetivamente o vendedor aliena a mercadoria, mas realiza seu preço de forma ideal, o comprador compra na condição de representante do dinheiro futuro; de seu ponto de vista, “o dinheiro é efetivamente realizado no valor de uso da mercadoria, sem ter sido efetivamente alienado como valor de troca. Em vez de ser, como anteriormente, o sinal do valor, é agora o próprio comprador que representa simbolicamente o dinheiro. Mas, tal como antes a função geral do símbolo do sinal de valor exigia a garantia e o curso forçado imposto pelo estado, a função simbólica pessoal do comprador suscita agora a constituição de contratos privados, obrigações vigiadas pelas leis, entre os possuidores de mercadorias” (*Zur Kr.*, 13, 116; trad., 225-6).

Mediadas pelo tempo, M – D e D – M operaram trazendo para o interior da relação um jogo entre o real e o ideal, a posse efetiva e a posse representada, que, na sua forma mais simples, existia apenas entre os vários valores de troca e o equivalente geral. Esse jogo é de fundamental importância para o desdobramento da forma. O jogo de linguagem da mercadoria possui a peculiaridade de que o produtor tanto opera em vista da norma como, com a introdução do dinheiro, ele passa a possuir um pedaço dela conforme ela mesma se encarna no conjunto dos produtos mercantis. Medido em valor, um produto é parte ideal da riqueza social sob a forma de valor, mas como essa riqueza é tanto valor como natureza, o agente,

conforme está de posse de um pedaço de natureza ora como valor de uso, ora como dinheiro, se determina formalmente por tal modo de propriedade, por exemplo, como credor ou devedor, vale dizer, por sua capacidade de operar alienando-se em coisas símbolos, em hieróglifos.

As regras desse jogo de linguagem passam, pois, a ser dotadas de um movimento formal aparentemente próprio. A regra não é apenas a medida de seu caso. Toda regra se apoia numa coisa, num sinal, num som etc. para que possa ter curso intersubjetivo. Mas, no caso do jogo não verbal da circulação simples, o suporte material primeiramente é coisa determinada quer como valor de uso, quer como valor, este se complica conforme vem a ser expressão de processos sociais resolvendo os obstáculos encontrados pela frente. Essa conjunção entre a gramática representativa, de um lado, e o suporte material necessário para o exercício do sistema simbólico, assim como agentes determinando-se por esse exercício, de outro; entre modo de representação e meios de apresentação – recorrendo ao vocabulário técnico de Wittgenstein –, faz com que a regra não determine unicamente seu caso, mas se determine no movimento formal de uma coisa ao exprimir-se por outra e também como expressão de relações sociais de produção efetivando seu metabolismo com a natureza. As oposições entre forma e conteúdo, ideal e real vão se deslocando conforme se tece a trama reflexionante do modo de produção e das condições necessárias de seu vir a ser.

Vale a pena contrastar esse processo de determinação das formas e de seus elementos simples com a noção moderna de estrutura. Por exemplo, quando se instala, em português, graças à *oposição* entre surdo e sonoro, a diferença entre *t* e *d*, de modo que os significados de *tente* e *dente* sejam diferenciados, o material sonoro é algo *efetivamente* pronunciado em contraposição à idealidade dos sentidos comunicados, seja qual for a maneira de interpretar esse modo de ser ideal. Mas na troca mediante o dinheiro como meio de pagamento, que nos serve de exemplo, instala-se o jogo entre o efetivo e o possível da coisa suporte do signo que entranha a própria forma da expressão. Por isso, se o valor de uso se *punha* num valor de troca, na medida em que este já é representante de outros objetos e está em correspondência a outros valores de troca, na relação M – D o primeiro termo é *posto* no outro, não só porque encontra nele sua medida, mas ainda porque nele encontra a forma de apresentar sua efetiva possibilidade de troca por outras mercadorias. Em virtude dessa *posição*, o virtual encontra o instrumento simbólico de sua possível realização. A *posição* não configura,

portanto, passagem da potência ao ato, nem a passagem de uma combinação lógica possível para a asserção da existência, tão-só exprime, no relacionamento de um termo a outro, como esse vínculo *pode* vir a ser mais real desde que os objetos denotados estejam de fato sendo operados pelos agentes, por conseguinte, como as forças produtivas são elaboradas por agentes em processo de determinar-se.

Na mera circulação de mercadorias era possível separar *ficticiamente* M – D de D – M; quando, porém, o dinheiro funciona como meio de pagamento essa separação se *efetiva*, já que apenas uma das mercadorias está presente, enquanto a outra está tão-só prometida. Mas com isso o dinheiro ganha a nova dimensão de estar sendo legitimado, na sua capacidade de medida, por um poder político, cuja centralidade também depende do poder efetivo guardar a correção dos processos de troca. Basta, entretanto, que o dinheiro assuma a determinidade de meio de pagamento para que esse poder central tenha de ser completado pelo tecido de contratos individuais que, se na verdade devem ser garantidos igualmente pelo estado, necessitam ainda do complemento de contratos individuais. Desse modo, a cada desenvolvimento da forma também se articulam os agentes como meios de apresentação desse desenvolvimento: “No processo de metamorfose da mercadoria, o possuidor das mercadorias muda de *pele* cada vez, a mercadoria se desloca e o dinheiro se reveste de formas novas” (*Zur Kr.*, 13,116; trad., 225).

Para Kant, por exemplo, a posição configura a passagem de uma combinação pensada entre elementos relativamente simples, a subsunção de uma representação a outra, para a asserção, condicionada pelo eu transcendental, da existência ancorada numa representação individual ligada às formas de sensibilidade. Para Hegel, ela descreve a maneira como uma forma-conteúdo se determina formalmente por seu outro e, desse modo, vai ganhando graus de realidade conforme seu conteúdo se vira sobre si mesmo nessa passagem pelo outro, para autodeterminar-se e fazer regredir seus condicionamentos. Marx recolhe esse movimento da forma especulativa, o jogo dela com seu conteúdo, mas sempre lembrando que isso só vem a ser possível porque um objeto muito especial, o produto do trabalho para a troca, tornou-se uma substância sensível/suprassensível, um hieróglifo cujas relações de projeção em coisas de uma mesma natureza *sui generis* no fundo estão exprimindo aquelas relações sociais de produção que se fazem por meio de tais fetiches. Por isso o jogo da forma traduz o

jogo que o homem mantém com a natureza e com os outros. O mundo está dado previamente e o processo de constituição diz respeito apenas a certas formas de sociabilidade. Do ponto de vista lógico é possível dizer que a Ideia apenas aparentemente põe seu caso, porque a regra é coisa-regra trazendo em si mesma os traços de sua produção efetiva como igualmente matriz de sociabilidade. Graças a esse complexo de determinações recíprocas, as regras e as coisas se determinam internamente à medida que se sobredeterminam os produtos, as relações e os agentes. É como se um modo de representação de um jogo de linguagem não verbal, em virtude do caráter muito peculiar do objeto que permite seu exercício, estivesse sempre conformando seus meios de apresentação.

No entanto, essa realidade social de dupla face não possui, ao contrário da *Wirklichkeit* hegeliana, um êmbolo ilimitado de sua autossuperação. O jogo do conteúdo e da forma se faz dentro dos limites da intencionalidade maior que rege a própria expansão do jogo. Situado no quadro da produção e da circulação simples, nada existe no valor como fetiche que o empurre para a forma mais completa do capital. Se abraça a contradição numa ilusão necessária, não é por isso que seu movimento de reposição cria força capaz de prefigurar no seu próprio interior aquela identidade reflexionante contendo uma diferença capaz de conformar a contradição futura. Vimos que Marx é explícito ao afirmar que o sistema capitalista necessita congeminar tanto a produção para o mercado como a força de trabalho liberada de suas peias sociais anteriores, processo que foge do mecanismo interno do mercado, mas depende de crises de outros modos produtivos a expulsar essa mão de obra para as cidades. Nada há no modo de produção simples de mercadoria, na sequência M – D – M..., algo que prefigure sua transformação em D – M – D'. É necessária uma *reflexão exterior*, feita objetivamente quando se instala o mercado da força de trabalho. E não há necessidade alguma de que os modos de produção anteriores ao capitalismo tenham chegado a esse resultado, posto que esse mercado poderia continuar funcionando na periferia deles. Se essa necessidade existisse, o capitalismo teria nascido em Roma ou em Bizâncio. Às vezes se tem a impressão de que Marx acreditava que a produtividade do trabalho cresceria dotada de uma força produtiva autônoma, que a divisão técnica do trabalho já implicaria intenção socializante, que os homens estariam sempre dispostos a trabalhar menos e a consumir mais. Mas por certo essa relação entre esforço da produção e consumo é historicamente

dada, dependendo do sentido geral que um modo de produção empresta a si mesmo. Seria possível aplicar o conceito de produtividade do trabalho como se ele traspassasse de modo indiferente os modos de produção sem que essa força não fosse repostada por eles? A medida dessa produtividade não opera no interior de um modo de produção *dado*, quando os processos de trabalho ficam sempre subordinados ao sentido que o sistema produtivo como um todo lhes confere? Além disso, convém igualmente lembrar que, levando em conta nossos atuais conhecimentos sobre as sociedades tribais, não haveria como supor esse desenvolvimento automático das forças produtivas. Não é somente no capitalismo que elas se expandem a olhos vistos, precisamente porque o trabalho se desliga de suas condições de existência naturais e de suas predeterminações sociais? Isso posto, do ponto de vista lógico importa salientar que o modo capitalista de produção, orientado pela intenção de reduzir todo trabalho social à mercadoria, é o primeiro *dado* a ser tomado como ponto de partida, sendo que as condições históricas de sua existência serão descobertas *regressivamente*, na qualidade de apresentação desse sistema operante e simbólico. A não ser que o ser-genérico do homem fosse o pressuposto originário de toda análise, o que faria a crítica marxista repousar numa antropologia fundante. Mas, como veremos em seguida, a compra e venda da força de trabalho no quadro de um processo de autovalorização do capital cria a *contradição* entre capital constante e capital variável, nova forma expressiva da *oposição* entre trabalho morto e trabalho vivo, abrindo um espaço de possibilidades lógicas muito mais amplo.